

SIMONSEN CONTRA LEI SALARIAL

Na sua opinião, a lei vai indexar ainda mais a economia.

O Decreto-Lei nº 2.024, de alteração dos reajustes salariais, é muito brando. Trata-se de "mais uma imposição no sentido de aumentar o grau de indexação da economia brasileira, no momento em que todos sabem que precisa ser reduzida". Esta opinião foi manifestada ontem no Rio pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Dizendo não ser contrário ao acordo político entre PDS e PTB, o ex-ministro do Planejamento disse que salário é o único rendimento da economia brasileira cujos índices de reajuste são impostos por lei, "porque existe um INPC na frente". Além de recomendar a livre negociação para os reajustes salariais, defendeu a elaboração de leis específicas para desindexar os setores reajustados pelas correções monetária e cambial, cujos índices podem ser reduzidos através de normas administrativas.

Simonsen citou como exemplo os índices de correção monetária, que, na sua opinião, são os princi-

pais culpados pelos problemas que estão enfrentando os mutuários da casa própria. "Tem-se de mudar todo o sistema de correção para impedir erros como o aumento de 130%, previsto para as prestações dos mutuários."

O ex-ministro do Planejamento também desaconselhou o pedido de moratória, advertindo que o País não tem dinheiro em caixa suficiente para bancar uma decisão que lhe retirará todas as formas de empréstimo do Exterior.

Após lembrar que uma moratória acarreta a perda da quase totalidade dos créditos comerciais, obrigando a importar e exportar à vista, Simonsen disse que a medida representaria para o Brasil "uma tremenda recessão provocada pelo racionamento de empréstimos externos".

De seu lado, o ex-ministro Reis Veloso considerou oportuna a decisão do governo em anunciar um pacote de medidas mais rigorosas para o controle da economia.